

<b>Público</b>  30-11-2006	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>303 cm²</b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>N/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>17</b>

# MNE, autoridades da aviação e do tráfego aéreo e SEF vão ser ouvidos

Delegação da comissão que investiga os voos da CIA está em Lisboa no dia 6. Previstas reuniões com representantes dos partidos com assento parlamentar

MARIA JOSÉ OLIVEIRA

Os representantes da comissão do Parlamento Europeu (PE) responsável pela investigação dos voos secretos da CIA, que vão estar em Lisboa no próximo dia 6, agendaram para a tarde desse dia, às 16h00, uma reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado. Para a manhã estão previstas audições com Maria José Faleiro, representante do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), Manuel Carvalho, da administração da NAV (empresa que gere o tráfego aéreo em território nacional), e Manuel Jarmela Palos, director do SEF.

A comissão temporária, presidida por Carlos Coelho,

queria também ouvir o director do SIS, Antero Luís, mas os Serviços de Informação de Segurança não responderam de imediato, alegando que aguardam uma ordem da tutela, o Ministério da Administração Interna. Ontem, ao fim da tarde, o director do SIS comunicou à sua indisponibilidade para falar à comissão. O tema das escalas de aviões da CIA em Portugal será também discutido com representantes dos grupos parlamentares. Até ontem, a comissão recebeu as respostas afirmativas do PS, do PSD, do CDS e do Bloco de Esquerda. A comissão irá também falar com o presidente da comissão de assuntos

constitucionais, o socialista Osvaldo de Castro,

A delegação que se desloca a Portugal é constituída por seis eurodeputados, entre os quais se encontra Carlos Coelho e Ana Gomes. Esta missão surge na sequência de uma proposta dos membros do Partido Socialista Europeu que integram a comissão, mas Portugal não constava da lista de prioridades das investigações junto do Estados-membros da União Europeia (UE).

Ao que o PÚBLICO apurou, a decisão de efectuar rapidamente esta diligência foi reforçada pelas poucas explicações fornecidas à comissão pelo Ministério dos

Negócios Estrangeiros. O facto de Luís Amado ter ignorado o convite da comissão temporária do PE para prestar esclarecimentos em Bruxelas e a forma "titubeante" como o Governo português lidou com todo o processo terão aumentado a suspeita dos eurodeputados.

A missão a Portugal acontecerá uma semana depois da apresentação, em Bruxelas, de um relatório sobre os 12 meses de trabalho realizado pela comissão e no qual se faz um apelo ao Governo português para aprofundar as investigações sobre as escalas de voos da CIA em território nacional. (ver texto em baixo)

Tal como o PÚBLICO noticiou ontem, o documento sublinha uma "séria preocupação" com as "91 escalas realizadas por aviões operados pela CIA em aeroportos portugueses que em muitas ocasiões eram originários ou destinados a países ligados aos circuitos das detenções forçadas e transferências de prisioneiros". Da listagem feita pela comissão constam também escalas de aviões no aeroporto do Porto, em 2005, que tinham como destino ou origem a base norte-americana de Guantánamo, onde se encontram detidos suspeitos de terrorismo.

O relatório, ontem divulga-

do pelo relator da comissão, o deputado italiano Cláudio Fava, é bastante severo com o Conselho de Ministros da UE. Não apenas porque alguns Estados-membros se recusaram a colaborar com a comissão temporária, mas também porque os eurodeputados receberam de uma fonte confidencial a informação de que em Dezembro do ano passado se realizou uma reunião entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice. A acta desse encontro terá servido de prova para confirmar que os Estados-membros conheciam o programa de detenções e prisões secretas. ■



Luís Amado será ouvido pelos eurodeputados a 6 de Dezembro

## Voos da CIA passaram por Portugal durante os governos PSD-CDS e PS

A maioria dos 22 voos da CIA considerados suspeitos que envolveram Portugal fizeram escala no país durante os governos PSD-CDS, embora cinco deles tenham ocorrido já com a equipa de José Sócrates.

Esta informação foi ontem divulgada pela comissão temporária do Parlamento Europeu (PE) encarregue de investigar as prisões secretas da CIA, em simultâneo com a apresentação oficial das conclusões políticas de quase

um ano de investigações por parte do seu relator, o eurodeputado socialista italiano Claudio Fava.

Segundo o relator, as investigações permitiram detectar a passagem de 91 voos da CIA por sete aeroportos portugueses. Destes voos, 22 são considerados suspeitos pelo facto de os respectivos aviões terem sido utilizados noutras ocasiões para transportar prisioneiros forçados, ou pela sua origem ou destino

(Afganistão, Iraque, Jordânia, Marrocos, Líbia ou Egipto).

A maioria dos voos ocorreram durante os governos de Durão Barroso e Santana Lopes, mas cinco, entre 9 de Junho de 2004 e 4 de Julho de 2005, já abrangem o actual Governo de José Sócrates.

No topo da lista dos voos suspeitos



<b>Público</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>303 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>N/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>17</b>

30-11-2006

estão três escalas em Portugal com origem ou destino na base americana de Guantánamo. Duas foram feitas no aeroporto de Santa Maria, nos Açores, a 7 de Novembro de 2003 e 31 de Junho de 2004. O terceiro aeroporto foi o do Porto, a 3 de Dezembro de 2003.

Segundo o PE, o aeroporto de Ponta Delgada foi o mais utilizado (32 escalas), Porto (27), Santa Maria (20), Lages (6) Lis-

boa (4) Faro e Cascais (1 em cada).

Claudio Fava precisou por outro lado a convicção da comissão temporária de que “todos os países da UE estavam ao corrente do programa americano de detenções forçadas e prisões secretas”. Todos preferiram ficar calados e nenhum se questionou sobre a legalidade destas acções, acusou. Pior: “Muitos governos

beneficiaram das consequências das detenções, enviando investigadores a Guantánamo para interrogar prisioneiros, ou seja, não participaram na detenções, mas interrogaram prisioneiros. Para nós é uma forma de legitimar as detenções.”

Fava interrogou-se igualmente sobre as razões que motivaram a quase total ausência de controlos por parte das au-

toridades aeroportuárias europeias aos 1245 voos da CIA, que, segundo apurou a sua comissão, fizeram escala em 17 países europeus. “Quando um avião aterra num aeroporto dos Estados Unidos, podemos estar descansados que a tripulação e os passageiros passam por todos os controlos possíveis.” ■ ISABEL ARRIAGA E CUNHA, BRUXELAS